

AS JOVENS DA *MARCHA DAS VÁDIAS*: sentidos atribuídos à universidade como espaço de e para a diversidade

Isadora Costa MENDES

GT6 – Educação e Diversidade

Resumo: O eixo principal deste artigo é compreender quem são as jovens da Marcha das Vadias e quais os sentidos que elas atribuem à universidade como espaço de e para a diversidade, e tem como objetivos levantar reflexões sobre a diversidade no mundo contemporâneo, com ênfase na diversidade sexual e de gênero, entender a Marcha das Vadias como um novo movimento social de reconhecimento das diferenças e compreender os sentidos que as jovens atribuem a universidade como espaço de e para a diversidade. Os movimentos sociais estão diretamente relacionados a um elemento de união, a questão da cidadania (GOHN, 2011), são um espaço de educação informal em que processos educativos perpassam as relações entre os sujeitos inseridos em um determinado universo histórico cultural e se constituem como um locus formativo. Os novos movimentos sociais, na atualidade, surgem a partir de demandas de reconhecimento de grupos sociais, raciais, de gênero e se caracterizam por lutas identitárias, o que os diferem dos movimentos sociais, mais relacionados às questões de classes, sindicais, econômicas e políticas. Historicamente, a participação juvenil nos movimentos sociais deu-se ou dá-se, prioritariamente, nos movimentos estudantis de lutas de melhorias das condições da educação, bem como em questões ligadas à política e diversidade. A Marcha das Vadias, que se originou no Canadá, em 2011, chega ao Brasil também este ano. Este manifesto acontece em Goiânia desde então. A luta se direciona pelos direitos das mulheres de expressarem seus modos de agir, sentir, pensar e de se portar, luta contra a discriminação sexual e de gênero, violência doméstica, e se opõe ao machismo, bem como a desvalorização da mulher. Como metodologia a pesquisa se realizará através da pesquisa qualitativa bibliográfica e em seguida a entrevista de duas jovens do manifesto investigado. O presente artigo visa discutir as diferentes condições juvenis que vivem essas jovens, e os sentidos que atribuem a universidade como espaço de e para a diversidade. Ainda, compreender os diversos universos sócio-político-culturais que as jovens na contemporaneidade estão inseridas em Goiânia.

Palavras-chave: Diversidade. Condição juvenil. Movimentos sociais. Jovens mulheres.

Introdução

Este artigo justifica-se pela percepção dos conflitos gerados através da diversidade sexual e de gênero presente na sociedade e nas universidades, e a forma como os modos de ser jovem influenciam esta visão social, principalmente se referindo a jovens mulheres. Assim, o manifesto a ser pesquisado e que norteará este artigo é a *Marcha das Vadias*, que se encontra dentro dos movimentos feministas e que ocorre em várias cidades do mundo.

Para tanto, este artigo pretende apresentar a trajetória sobre o estudo em diversidade e a posição dos Direitos Humanos acerca de suas ações e leis como garantia dos direitos a todas as pessoas, principalmente se relacionado ao respeito às diferenças, bem com a diversidade sexual e de gênero, abordar as concepções sobre os Movimentos Sociais, os

Novos Movimentos Sociais presentes na sociedade contemporânea, e o caso da *Marcha das Libertas*, abranger o conceito de juventude como uma categoria sócio-histórica, e conta com a análise teórica das entrevistas das duas jovens militantes da *Marcha das Vadias*, os modos de ser jovem de ambas, os modos de viver a sexualidade e suas percepções sobre a universidade construída como um espaço de e para a diversidade.

1 Diversidade e direitos humanos

O conceito de diversidade está interligado à pluralidade, à multiplicidade, a diferentes modos de percepção e abordagem, heterogeneidade e variedade (JESUS, 2010). Bem como relaciona-se ao indivíduo. De acordo com Sacristán, “a diversidade pode estimular-nos à busca de um pluralismo universalista que contemple as variações da cultura, o que requer mudanças importantes de mentalidade e de fortalecimento de atitudes, de respeito entre todos e com todos” (2002, p. 23).

Martins (2011) compreende a diversidade como algo que se encontra predominantemente na sociedade contemporânea e que é necessária uma compreensão do conceito em seu interior, mas que também se aproxime de uma concepção vinculada à emancipação humana e social, uma vez que as questões identitárias e as políticas públicas para o respeito à diversidade estão sendo cada vez mais pensadas como um direito.

Neste sentido, para a compreensão de diversidade de gênero é necessário que se entenda que estas diferenciações são denominações sociais. As características que diferem o sexo feminino do masculino são biológicas. Entretanto, feminilidade e masculinidade são frutos de uma construção social que reproduz condições contextuais reforçadas pelas instituições públicas, educacionais e organizacionais, religião, família e cultura (SILVEIRA, 2006). Assim, este autor considera que as palavras “feminino” e “masculino” se referem às diferentes características do sexo de cada indivíduo e também a apropriações sociais em cada contexto. Assim, entende-se que a distinção de gênero e a necessidade que a sociedade carrega em rotular os indivíduos é um dos pontos de produção da desigualdade e discriminação daqueles que buscam pelo direito de ser, pensar e agir a seu modo.

Dentro da Constituição Federal Brasileira (1988), há a garantia pelo direito “a cidadania e dignidade da pessoa humana, devendo-se promover o bem estar a todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade, e quaisquer outras formas de discriminação” (BRASIL, 2010). Para tanto, a diversidade sexual é um direito que vem sendo reclamado há

décadas. No Brasil, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) tem a função de elaborar políticas públicas voltadas para o combate ao preconceito e discriminação contra Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT). O direito à diversidade sexual é garantido pelos Direitos Humanos, que através da Coordenação Geral de Promoção dos Direitos LGBTT, responsabilizam-se pela implementação de planos, programas e projetos criados para a execução e permanência dos direitos destes.

Segundo o Artigo VI, da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), determina-se: “Toda pessoa tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecida como pessoa perante a lei”. Juntamente a esta luta legal pelo direito a todas as pessoas, a Secretaria de Direitos Humanos, em sua trajetória histórica, com o intuito de promover uma sociedade igualitária e mais democrática, elabora documentos que dê base legal para essas discussões, como o Programa Nacional de Direitos Humanos-III (PNDH-3), escrito em 2009 que trata de todos os direitos universais. Na Diretriz 10, no objetivo estratégico V, que trata da garantia do respeito livre orientação sexual e identidade de gênero, enfatiza ações como: “Desenvolver políticas afirmativas e de promoção de uma cultura de respeito à livre orientação sexual e identidade de gênero, favorecendo a visibilidade e o reconhecimento social” (2009, p.120).

Também são abordados nesta categoria questões que aparecem diariamente na sociedade, como reconhecer nos sistemas de informação do serviço público todas as configurações familiares para a população LGBT; combate a homofobia; acompanhamento das políticas que se opõem à discriminação desta população. Na Diretriz 9, do objetivo estratégico III, que traz a garantia dos direitos das mulheres para o estabelecimento das condições necessárias para sua cidadania, situa-se,

Desenvolver ações afirmativas que permitam incluir plenamente as mulheres no processo de desenvolvimento do País, por meio da promoção da sua autonomia econômica e de iniciativas produtivas que garantam sua independência; elaborar relatório periódico de acompanhamento das políticas para mulheres com recorte étnico-racial, que contenha dados sobre renda, jornada e ambiente de trabalho, ocorrências de assédio moral, sexual e psicológico, ocorrências de violências contra a mulher, assistência à saúde integral, dados reprodutivos, mortalidade materna e escolarização (2009, p.110).

Essas duas ações exemplificam os direitos que as mulheres vêm lutando por décadas. Discursos que se apresentam nos discursos feministas dentro dos movimentos sociais. A luta das mulheres, por direitos, encontra-se em um processo de evolução e conquistam espaços cada vez maiores na sociedade. Esta Diretriz trata ainda de assuntos como: políticas públicas e

ações afirmativas para uma inclusão igualitária da mulher em diversos espaços da sociedade; instrumentos legais de proteção às mulheres; acesso a abrigo para mulheres em situação de vulnerabilidade; atendimento a mulheres em situações de violência familiar e doméstica pelos Conselhos Gestores do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social e o Fundo de Desenvolvimento Social; pelo Decreto no 7.177, de 12.05.2010, considerar o aborto como questão de saúde pública e garantir o acesso a esse serviço de saúde; ações educativas com o objetivo de desconstruir o pensamento estereotipado em relação as profissionais de sexo.

A contribuição dos direitos humanos, advindos das lutas dos movimentos sociais, na garantia dos direitos sociais, políticos, culturais e de gênero é uma conquista que visa assegurar a manifestação da diversidade como uma riqueza cultural da humanidade, como na Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948.

2 Movimentos sociais e novos movimentos sociais: a *Marcha das Vadias*

Para que se faça um estudo mais consistente sobre movimentos sociais, é necessária a compreensão histórica da sua construção. As primeiras definições surgiram por volta do século XX, cujo objetivo principal dos movimentos era a organização e as reivindicações de trabalhadores em sindicatos. No decorrer do tempo, com reformas políticas, alterações na hierarquia do poder e do capital, e mudanças na sociedade, os interesses e as causas dos movimentos sociais foram se expandindo e buscando outros sentidos, de acordo com a realidade e com os precursores que se apossavam das manifestações (TOURAINÉ, 2003).

Para Melucci (1983), os movimentos sociais são *sistemas de ação* que operam em um campo *sistêmico de possibilidades* e de limites. Entende-se que estes movimentos são além de ações, formas críticas e teorizadas que possuem uma causa para ser reivindicada. Não há ação sem uma intenção que seja possível de acontecer, e estas têm caráter teórico, político, cultural e social. Gohn (2012) enfatiza que os movimentos estão diretamente relacionados com um elemento de união, a questão da cidadania. E de acordo com as mudanças da sociedade as reivindicações vêm sendo manifestadas por formas e motivos diferentes. Assim, trata-se a definição de movimentos sociais como:

[...] ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas. Na ação concreta, essas formas adotam diferentes estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de

desobediência civil, negociações etc.) até as pressões indiretas (GOHN, 2011, p. 3).

Tendo em vista os movimentos sociais como algo que vai além de conceitos do senso comum, embora sejam viabilizados pelo povo, Touraine (2003) ainda traz uma distinção que apresenta estes movimentos como um conceito de estudo e teoria, que vão além de qualquer ação coletiva e de grupos afins que se opõem à opressão política.

Compreende-se ainda, que os movimentos sociais são processos educacionais informais, em que valores e códigos são aprendidos por meio das relações que estabelecem entre os sujeitos que participam do movimento. Este processo possibilita o desenvolvimento de valores e significados como modos de ser, de fazer, de sentir, de agir, de pensar e de se expressar. Assim, Gohn diz que é preciso ter “como pressuposto básico, uma concepção de educação que não se restringe ao aprendizado de conteúdos específicos transmitidos através de técnicas e instrumentos do processo pedagógico” (1992, p.17). Para tanto, além de ações coletivas, que visam às lutas por questões sociais, estes movimentos têm caráter sócio educativo.

Os novos movimentos sociais, que trazem em sua fundamentação outros conceitos e formas de reivindicação baseados no reconhecimento de sujeitos com diferentes identidades, evidenciam algumas mudanças. Segundo Gohn (2011), algo que diferencia os movimentos sociais dos novos movimentos sociais é a forma como estes são promovidos, utilizam os novos meios de comunicação e informação, como por exemplo, a internet. Estes têm identidades e se articulam através de um projeto de vida e sociedade e que têm contribuído historicamente para a construção de reformas e valores na sociedade. Atualmente, estes movimentos sociais estão em busca da construção de uma sociedade democrática baseada no reconhecimento dos diversos atores.

Tomando como ponto de partida a definição de Gohn (2011) sobre os novos movimentos, e fazendo uma análise da sociedade contemporânea, é possível perceber que a reivindicação pelo direito às diversidades vem sendo, constantemente, um dos diversos (mais frequentes) motivos para estes movimentos. Liderados em sua maioria por jovens que vão às ruas lutar pelo cumprimento das declarações dos Direitos Humanos em que o Brasil é signatário. Esses novos movimentos lutam pelo direito de liberdade social e pela democratização das relações. Por isso não desejam um molde para ser seguido, mas sim a possibilidade de expressar identidades e valores individuais, e coletivos. Antigamente assuntos como as questões de gêneros, orientação sexual, etnias, e qualquer um daqueles que

distanciava dos padrões impostos pela sociedade, eram tabus intocáveis. Já na contemporaneidade, estes são os temas principais dos novos movimentos sociais. Para que esses movimentos aconteçam, não há um ator social que lute sozinho, mas sim uma ação coletiva, articulada e global.

Dentro dessa discussão sobre movimentos sociais, o feminismo é um discurso político, filosófico e intelectual, que tem como principal objetivo a defesa dos direitos das mulheres. Ao longo da história, as mulheres vêm se revelando insatisfeitas por condições que lhes são impostas em determinadas épocas e regiões. Por essas razões, “o feminismo adquire uma prática de ação política organizada. Reivindicando seus direitos de cidadania frente aos obstáculos, assume um discurso próprio, que afirma a especificidade da luta da mulher” (ALVES; PITANGUY, 1991, p. 232).

Na tentativa de demarcar um lugar de igualdade de direitos na sociedade, e combater a discriminação de gênero, as mulheres buscam combater o discurso de opressão de uma sociedade predominantemente patriarcal. Constroem em si, ao longo da história, discursos de resistência cada vez mais identitários e com interesses que se relacionam a questões políticas, econômicas, sociais e culturais.

O movimento feminista, desde a sua origem, buscava – e ainda busca – a horizontalidade das relações sociais, primeira e especialmente entre homens e mulheres, seja no âmbito político ou social. Isto é, na luta pelo direito da mulher quanto ao exercício da sua cidadania (e que este se dê de forma igualitária a dos homens), e na produção de novos modos de ser mulher em uma sociedade sexista, machista e heteronormativa. Na medida em que, por meio de práticas de resistência provocam o deslocamento das visibilidades e dizibilidades da e sobre a mulher (SALLOUM; VALENTE, 2014, p. 6).

Dentre esses novos movimentos, que se relacionam ao feminismo, a *Marcha das Vadias*, que acontece há três anos no mundo, tem sido alvo de grande polêmica e até mesmo vítima de preconceito. Este é um manifesto que acontece nas maiores capitais de todo o mundo. Teve início em abril de 2011 após uma jovem ser violentada por um grupo de jovens dentro do campus da Universidade de Toronto, no Canadá. Na ocorrência, a jovem não quis fazer denúncia, justificando que muitas pessoas estavam dizendo que a própria era a culpada pelo ocorrido, por estar bebendo e por vestir-se diferente do convencional em uma festa. Esta discussão foi levada para as ruas como forma de manifestação após uma palestra sobre a segurança dentro da universidade que já estava sendo alvo dos noticiários pelas ocorrências de estupros contra jovens estudantes. Na ocasião, o policial chamado Michael Sanguinetti se

expressou dizendo que “para evitar risco de estupro no campus, as meninas deviam parar de se vestir como *sluts* (vadias)”.

Dessa forma, a *Marcha das Vadias* luta pelos direitos das mulheres para que possam pensar e se expressar livremente, em seus modos de agir e de se portar. Reivindicam contra a discriminação sexual e de gêneros, violência doméstica, e se opõe ao machismo, bem como à desvalorização da mulher. Assim, com o exemplo da *Marcha das Vadias*, os novos movimentos sociais se caracterizam pelas questões identitárias e de reconhecimento. Essas jovens estão em busca de liberdade, elas querem ser libertas.

3 As jovens da *Marcha das Vadias*

A categoria juventude não pode ser compreendida apenas como uma condição biológica que se reconhece por uma determinação de idade, mas sim como uma categoria cercada de elementos singulares, coletivos e subjetivos numa construção histórica e social.

A idade é um dado biológico socialmente manipulado de manipulável, e [...] o fato de falar dos jovens como se fosse uma unidade social, um grupo constituído dotados de interesses comuns, e relacionar estes interesses a uma idade definida biologicamente já constitui uma manipulação evidente. Ainda que não haja um consenso do que realmente seja a juventude, em uma proposição, todos concordam que a juventude não é apenas uma condição natural, biológica, uma fase de vida como afirmam os naturalistas (CRUZ, 2013, p. 48)

A despeito disso, a Organização Internacional da Juventude, determina o parâmetro da faixa etária de 15 a 24 anos para a juventude, porém entre os países, há alguns que antecipam ou prolongam esta faixa etária. Já no Brasil, em razão as políticas públicas, através da Organização das Nações Unidas (ONU), foram instituídas a lei 11.129 de 30/06/2005 que criou a Secretaria Nacional de Juventude, O Conselho Nacional de Juventude e o ProJovem, que estabelecem a faixa etária de 15 a 29 anos. No entanto, nacionalmente existem pesquisas que apresentam estes dois dados.

Recorrente a este fato, para pensar em juventudes e na complexidade que esta categoria apresenta no sentido social, é relevante ressaltar que para se discutir este conceito, faz-se necessário à compreensão de que esta é uma categoria plural, uma vez que tem uma diversidade de recortes que dependem do contexto social, cultural e econômico. Não há um tipo de juventude, e sim juventudes, que se manifestam em diversos modos de ser jovens de acordo com uma determinada realidade (PAIS, 1990).

A juventude não pode ser considerada uma fase, mas sim como um momento em que o indivíduo está em fase de mudança do seu corpo, seus afetos, sua estrutura emocional, suas referências sociais e relacionais. É um tempo intenso de transformações que farão diferenças no ser ao longo da vida (MELUCCI, 1997). Neste sentido, Dayrell conceitua a juventude como,

[...] uma categoria socialmente construída. Ganha contornos próprios em contexto históricos, sociais distintos, e é marcada pela diversidade nas condições sociais, culturais, de gênero e até mesmo geográficas, dentre outros aspectos. Além de ser marcada pela diversidade a juventude é uma categoria dinâmica, transformando-se de acordo com as mutações sociais que vêm ocorrendo ao longo da história. Na realidade, não há tanto uma juventude e sim jovens, enquanto sujeito que a experimentam e sentem segundo determinado contexto sociocultural onde se insere. O jovem, como sujeito social, está a todo o momento envolvido em relações e expressões de suas culturas e grupo sociais (2007, p. 3).

Através do conceito de juventude, é importante que se enfatize o jovem como um sujeito, “um ser singular que se apropria do social, transformado em representações, aspirações e práticas, que interpreta e dá sentido ao seu mundo e às relações que mantém” (DAYRELL, 2003, p. 5).

As jovens militantes da *Marcha das Vadias* são um exemplo de como alguns recortes de juventudes enxergam a sociedade contemporânea. O desejo e a necessidade pela mudança são algo recorrente no caráter das jovens. Em suas diversidades buscam se manifestar através de suas ideias e gritos de liberdades. Reivindicam pela garantia de seus direitos. Muito além de exercer o seu papel de cidadão, querem se expressar com liberdade, procuram formas de reconhecimento de suas identidades.

A seguir, duas jovens da *Marcha* contribuíram para esta pesquisa, relacionando suas concepções de juventude, os modos de ser jovem, sua sexualidade, e sentidos atribuídos a universidade como espaço de e para a diversidade. Como forma de preservar a identidade dessas jovens, explicitados durante o processo de investigação e coleta, serão usados codinomes, que foram escolhidos a partir de duas mulheres que marcaram a história dos movimentos sociais feministas: Flora Tristán (1803 – 1844) e Mary Wollstonecraft (1759 – 1797).

3.1 Modos de ser jovem e de viver a sexualidade

A juventude apresenta diversas representações no modo de ser jovem. Pais (1990) enfatiza que as representações de juventudes estão nos seus modos de agir, de pensar, e que isto está baseado a uma construção social.

As jovens entrevistadas se encontram com 25 e 28 anos, e apresentam concepções diferentes sobre o que é ser jovem. Flora se considera uma eterna jovem, a outra, Mary, não se vê dentro da categoria de juventudes. Segundo a Organização Internacional da Juventude, a faixa etária determinada para juventude é de 15 a 24 anos. No âmbito de políticas públicas no Brasil, a Organização das Nações Unidas (ONU), a Secretaria Nacional de Juventude, dentre outras organizações, através da Lei 11.129/30/06/2005, institui-se a faixa etária para juventude de 15 a 29 anos. Sabe-se que as características biológicas desta categoria não são as únicas, nem mais importante para se entender Juventudes. Para esta pesquisa adotou-se a faixa etária mais abrangente, que é das políticas públicas.

Embora participem do mesmo grupo de socialização e compartilham pensamentos semelhantes, as jovens entrevistadas apresentam muitas características diferentes uma da outra, o que representa modos de ser jovem. As manifestações grupais e individuais dos jovens dependem de suas várias dimensões em sua rotina e seus modos de sociabilidade.

Flora, é uma jovem que se encontra em um constante desejo de mudança, procura por movimentos sociais porque acredita que estes sejam uma forma de mudar o que não a satisfaz. Ela se considera jovem: *“me considero [...] acho que eu não consegui ser adulta ainda (risos)... tá difícil”*. Para ela, a principal característica de ser jovem é a mudança: *“Ser jovem é justamente esse intuito de mudança, de ainda ta sempre querendo mudar, de ainda não ter se encontrado [...] uma perspectiva de ta sempre querendo mudar e nunca se acomodar, e se isso for ser jovem eu espero que eu seja jovem por mais tempo, por muito tempo”*.

Para Flora, de forma geral é difícil de definir juventude, e acredita que a juventude tem muitos recortes e por isso não se pode dizer que existe um tipo de jovem. Ela percebe essa diferença entre os jovens através de um recorte de classe que esta julga estar presente na sociedade.

Tem tantos recortes, né, de juventudes. Você pode falar de juventude desde um burguesinho que tem um iphone e vai pro shopping até um jovem negro da periferia que apanha da polícia [...] juventude não é um quadradinho que da pra encaixar o quê que é, acho que numa perspectiva existencial não da pra falar o que é ser jovem assim... pra mim eu consigo falar o que é

juventude hoje em dia... eu acho que tem um recorte muito claro de classe, principalmente, pra você falar sobre o que é juventude (Flora).

Em seu tempo livre, Flora gosta de assistir filme e sair para beber cerveja, curte a noite de Goiânia com as atrações que a cidade oferece: *“eu vejo muito filme, bebo muita cerveja (risos), e... ah, acho que é isso... diversão goianiense básica, né!?”*. Quando era graduanda de história na UFG, Flora participava do Centro Acadêmico (CA) e do Diretório Central dos Estudantes (DCE), e atualmente, além da *Marcha das Libertas*, participa do coletivo de luta pelo transporte em Goiânia: *“sou do coletivo de luta pelo transporte aqui em Goiânia de uma tarifa zero”*.

Mary não se considera jovem de acordo com algumas classificações de juventude: *“Vou fazer 29 anos no próximo mês [...] não sou mais tão jovem”*. Para ela, ser jovem é uma construção social que se baseia na vida de cada sujeito: *“é uma construção social que está associada a modos de vida, formas de mobilização e de associação e outros aspectos político-afetivos”*.

Acredito que a atual geração está em crise, pois não há perspectivas positivas para o futuro como havia para a geração dos nossos pais. Eu pelo menos acho difícil ser otimista em relação ao futuro. Penso que estamos em um momento chave na história e talvez a juventude tenha um papel importante de contestação do status quo (Mary).

Mary vive uma vida bem lotada de tarefas, quase não tem tempo para alguma distração. Como estuda e trabalha na UFG, passa o dia todo neste ambiente, estuda em um turno e trabalha no outro, mora longe da Universidade, e se cansa muito em sua rotina. Quase não tem tempo livre: *“quando tenho algum tempo livre geralmente leio, vou ao cinema, vou à atividades culturais, saraís, palestras, shows, e é basicamente isso”*. Além da militância na *Marcha*, ela já participou da organização de eventos de literatura e atualmente, participa também do coletivo feminista.

O fato de Mary não sentir-se jovem está também relacionado ao seu modo de vida, rodeado de responsabilidades e compromissos que envolvem até mesmo o bem estar de sua família. Já Flora vive em um contexto contrário ao de Mary, não é cercada de tantas demandas em sua rotina, e no momento, sua atividade mais centrada é no seu doutorado. Há evidentemente a diversidade entre essas jovens que fazem parte de um mesmo grupo juvenil. Para Dayrell (2007, p.3), a juventude “ganha contornos próprios em contexto históricos, sociais distintos, e é marcada pela diversidade nas condições sociais, culturais, de gênero e até

mesmo geográficas, dentre outros aspectos”. Nesse sentido, pode-se inferir, a partir dos dados, que o recorte de classe interfere nos modos de viver a juventude.

O direito à diversidade é um direito humano, e considera suas múltiplas dimensões, como: gênero, etnia, orientação sexual, religião, habilidades, etc. (CORREA, 2002). Flora considera-se bissexual e lida com isso tranquilamente. Não se sente coibida em viver sua sexualidade, muito menos em expressá-la. Acredita que age assim por ter vivido em ambientes mais abertos à diversidade como a faculdade, e percebe também como a postura de seus pais, que até participam da *Marcha* influencia neste seu modo de viver a sexualidade.

Eu não me sinto coibida [...] tenho dois pais que vão na marcha das vadias, é... eu escolhi ambientes pra eu estar, ambientes universitários, então geralmente na universidade as pessoas são mais abertas, mas é obvio [...] que o preconceito é muito grande, é... se não fosse assim não morria tantos gays, lésbicas e principalmente trans no Brasil (Flora).

Porém, ela não deixa de enfatizar o quanto é presente o preconceito, que traz consequências, como a morte de tantos gays, lésbicas e transexuais no Brasil. Para Flora, esta questão está relacionada com o recorte de classe e de escolaridade que há na sociedade, e essa realidade não está distante: “*A gente fala muito de feminismo, de sexualidade e parece uma coisa muito distante, mas há um mês atrás, meu tio que é homossexual apanhou na porta de uma boate, não é distante*”. Ela acredita que tem sempre alguém que está sendo vítima de preconceito: “*se você perguntar três pessoas, assim, pode não ter sofrido, mas teve alguém que conhece que sofreu ou enfim*”.

Mary é heterossexual e não encontra problemas com isso: “*não encontro problemas, uma vez que a sociedade é heteronormativa. Tento pensar a relação monogâmica heterossexual de um ponto de vista feminista e frequentemente tento problematizar meu próprio relacionamento*”. Ela não se sente coibida em expressar sua sexualidade, pois acredita estar inserida em uma “normalidade” por ser heterossexual, “*nunca experimentei restrições e coerções desta natureza*”.

Percebe-se que as jovens têm preferências sexuais distintas o que caracteriza o próprio movimento, a diversidade das representações da sexualidade. Esse modo de viver a sexualidade também é um fator que expressa os modos de ser jovem, principalmente, nas sociedades urbanas e contemporâneas.

3.2 A importância da universidade na constituição das jovens no movimento

Flora esteve na UFG na graduação e no mestrado, portanto a vê como um lugar de suma importância para sua vida. Atualmente se encontra na UFU, na realização de seu doutorado. De um modo geral, para ela a universidade é muito importante: *“esse ambiente universitário me faz muito bem, eu acho que esse é um dos motivos de eu me manter jovem, e conviver com jovens, de diversas opções de gênero, de sexualidade de diversas raças e etnias, eu acho que essa universalidade que a universidade tem é o que mais me encanta”*.

Além de manter esse vínculo como estudante na universidade, Flora também trabalha como técnica administrativa na UFG, no momento está de licença para fazer o doutorado. Para ela, a universidade é um ambiente cercado por conhecimento e diferenças:

[...] ver esse conhecimento, ver esse tanto de gente diferente, né, e o que reproduz dessas tantas diferenças é o que mais me encanta e eu acho que é o que nos mantém jovem, eu pretendo nunca sair da universidade, seja como técnica, ou como estudante ou como professora, seja lá, como for (Flora).

Para Mary, a universidade é um lugar significativo para sua vida: “a universidade representa uma parte significativa da minha vida. Sempre gostei muito de ler e estudar. Voltei para fazer uma segunda graduação justamente porque não consegui ficar muito tempo longe dos estudos”.

Percebe-se na fala das jovens que a universidade tem um sentido muito importante tanto no modo de ser jovem, quanto um espaço que as ajuda a pensar sobre as diversidades e a sua própria sexualidade. É relevante ressaltar que alguns dos movimentos sociais que têm como seus maiores precursores os jovens, iniciam-se dentro da universidade. Esta vista por parte desses sujeitos como um ambiente propício às discussões e observações acerca da diversidade. Para uma análise da palavra universidade, que significa universalidade, o todo, e ainda o universo, o conjunto de coisas, encontra-se um sentido básico para essas impressões das jovens quanto ao sentido da universidade para elas.

Considerações finais

As discussões sobre diversidade sexual, identidade de gênero e discursos sobre o machismo podem favorecer à construção de uma sociedade menos preconceituosa e violenta. Por dia, centenas de casos de estupro e violência contra mulheres e toda a comunidade LGBT,

principalmente entre os jovens acontecem comumente, e como consequência, a culpabilização da própria vítima desses casos. Esses dados não sendo divulgados e nem levados a reflexões e discussões, só abafam um problema social que nunca é solucionado.

As jovens entrevistadas nesta pesquisa demonstram suas percepções sobre a universidade como um espaço de e para a diversidade, bem como ambiente para se praticar o respeito a todas as pessoas em suas mais diversas peculiaridades, embora ainda exista algumas barreiras neste campo. Este estudo possibilitou adentrar, através da pesquisa bibliográfica e empírica por meio de entrevistas o universo que vivem estas jovens inseridas em contextos sociais diferentes, e a forma como percebem esses lócus universitários como espaços de diferença e diversidade.

Este assunto é tão complexo quanto necessário. A pretensão é de abrir um campo para que estas discussões sejam postas, buscando uma compreensão mais aprofundada sobre a diversidade e o que os jovens buscam nos novos movimentos sociais. O intuito é de deixar um posicionamento acerca deste problema social que a sociedade enfrenta atualmente e desmistificar as identidades de representações das jovens feministas da *Marcha das Vadias*.

Referências

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jaqueline. **O que é feminismo**. São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1985 e 1991 (8a ed.) (Primeiros Passos; 20).

BRASIL. Ministério da Saúde (2010). **Política nacional de saúde integral de lésbicas, gays, travestis e transexuais**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2010. Disponível em: <<http://www.portal.saude.gov.br>>. Acesso em: 08/06/2015.

CRUZ, Fabíola Peres da. **Jovens estudantes do IEG: memórias do movimento estudantil (1964 a 1968)**, 2013. Dissertação (mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Goiânia, 2013.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo: ANPED, nº 24, 2003.

DAYRELL, Juarez; REIS, Juliana Batista. **Juventude e Escola: reflexões sobre o ensino da sociologia no ensino médio**. Maceió: Edufal, 2007.

BRASIL. **Declaração de Direitos Humanos**. Resolução n. 217, art. VIº, 10 de dezembro de 1948. Estabelece que todos têm o direito de ser perante a lei. Disponível em: <http://estatico.cnpq.br/portal/premios/2014/ig/pdf/genero_diversidade_escola_2009.pf>

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e educação**. São Paulo: Cortez, 1992.

GHON, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, 2011.

GOSS, Karine Pereira; PRUDÊNCIO, Kelly. O conceito de movimentos sociais revisitado. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC** Vol. 2, nº 1, 2004.

MELUCCI, Alberto. Juventude, tempo e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo, ANPED, nº5, 1997.

SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS DA PREVIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)**. Brasília: SEDH/PR, 2010.

SACRISTÁN, José G. A construção do discurso sobre a diversidade e suas práticas. In: ALCUDIA, Rosa et al. **Atenção à diversidade**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

SALLOUM, Gisah Christine; VALENTE, Thaysa Zubek. Gêneros e políticas públicas. **III Simpósio Gênero e Políticas Públicas, Anais eletrônicos**. Londrina PR, 2014. Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/anais---iii-simposio-genero-e-politicas-publicas.php>>.

TOURAINE, Alain. **Crítica da modernidade**. 3. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1998.